



CARUANA

FIDES - HONOR - LABOR

Demonstrações Financeiras
30 de Junho de 2023

Relatório da administração

A Administração

Prezados Acionistas e Administradores,

Apresentamos para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”), relativas ao semestre encerrado em 30/06/2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Cenário:

O primeiro semestre de 2023 se encerrou com diversos indicadores econômicos positivos, como o aumento da projeção do PIB para 2023 e a redução das projeções de Inflação e da Taxa SELIC, sugerindo recuperação da economia brasileira. Ainda assim, o exercício de 2023 permanece com grandes desafios possíveis tais como os efeitos do novo arcabouço fiscal, o controle inflacionário e os impactos da taxa de juros para economia.

Inflação: O mercado reduziu suas projeções de inflação para os anos de 2023, 2024 e 2025, em 4,84%, 3,89% e 3,50%, respectivamente (fonte: Relatório Focus – 28/07/2023).

Taxa de juros (Selic): A redução da taxa SELIC em 0,50% a.a. (13,75% para 13,25%) nos primeiros dias do mês de agosto confirma a expectativa de início do processo de afrouxamento monetário com trajetória de queda na taxa de juros. Para o ano, projeta-se a taxa SELIC movendo-se em direção a patamares menos restritivos, próximos a 12,00%, 9,25% em 2024 e 8,75% em 2025 (fonte: Relatório Focus – 28/07/2023).

Produto Interno Bruto (PIB): O mercado elevou sua projeção para o PIB de 2023 para 2,24% (1,30% em 2024 e 1,90% em 2025). A melhoria da expectativa pode ser explicada pela queda da cotação de commodities, a reabertura econômica chinesa e a expansão da demanda interna (fonte: Relatório Focus – 28/07/2023).

Transporte: O setor de transporte coletivo de passageiros sofreu significativos impactos durante a Pandemia do Coronavírus (Covid-19) devido à queda do número total de passageiros transportados e a obrigatoriedade de manutenção dos altos níveis de oferta para garantir o distanciamento social. Observou-se nesse período, inclusive estendendo-se no primeiro semestre de 2022, o forte apoio do poder público com injeção de recursos nas empresas operadoras de mobilidade urbana por meio de subsídios visando mantê-las em operação (e saudáveis financeiramente), garantindo assim o adequado nível de serviço à população.

Importante observar que mesmo se tratando de serviço prestado por entidades privadas, estes apresentam a responsabilidade subsidiária (não solidária) do Estado, ou seja, em outras palavras e em última análise, nos casos de insolvência do concessionário há a responsabilidade subsidiária do poder concedente.

O primeiro semestre de 2023 confirmou a retomada das atividades do setor, com melhora nos indicadores de desempenho dos operadores. Para o segundo semestre, é esperada a manutenção dos bons indicadores do setor, considerando-se a demanda reprimida ainda dos anos de Pandemia.

Resultados:

A Caruana encerrou o primeiro semestre de 2023 com um total de ativos de R\$ 957.787 mil (R\$ 932.421 mil em 31 de dezembro de 2022), dos quais as operações de crédito representam R\$ 767.373 mil (R\$ 666.629 mil em 31 de dezembro de 2022), indicando aumento de 15,11% no período. A Sociedade encerrou o primeiro semestre com resultado positivo de R\$ 7.412 mil (contra prejuízo de R\$ 894 mil no mesmo período do exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 128.770 mil (R\$ 121.358 mil em 31 de dezembro de 2022).

Seguindo seu planejamento estratégico, a Caruana tem trabalhado para aumentar suas receitas com prestação de serviços, resultando no crescimento de 20,24%, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 6.648 mil no primeiro semestre de 2023 contra R\$ 5.529 mil no primeiro semestre de 2022). Ainda assim, o resultado foi impactado por investimentos em tecnologia e em despesas voltadas à implantação de serviços de meio de pagamento, direcionados ao setor de transporte de passageiros.

O Patrimônio de Referência representou 16,56% dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), evidenciando assim, ampla margem em relação ao mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil (10,50% em 30/06/2023). Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, de risco operacional, mercado, liquidez, crédito e socioambiental encontram-se disponíveis ao público no site da Sociedade.

Destaques:

A Caruana manteve no primeiro semestre de 2023 sua classificação de **Investment Grade**, divulgada pela agência **Standard & Poor's**, com manutenção da perspectiva estável.

A Sociedade continua em franca operação como Instituição de Pagamento, aumentando ainda mais sua atuação no segmento de varejo por meio da prestação de serviços de pagamento, atendendo ao público-alvo do segmento mediante a emissão de cartões pré-pagos e pós-pagos com uma das principais bandeiras do mercado.

Atuando de forma conservadora, a Caruana permanece realizando captação de recursos trabalhando em conjunto com ampla base de Corretoras e atuando com distribuição própria, sempre optando pelas emissões sem resgate antecipado, mantendo elevado nível de liquidez.

Alinhado a sua estratégia, a Caruana permanece operando com o Fundo Garantidor de Investimento (**FGI Tradicional – BNDES**), configurando-se como a primeira instituição a ser aprovada dentro dos novos conceitos de habilitação.

A Sociedade segue investindo em seus colaboradores com treinamentos, benefícios e instrumentos que possibilitem sua satisfação no âmbito da organização, pois em conjunto com clientes, fornecedores e sistemas de gestão corporativa de informações, constituem seus maiores valores.

Agradecimentos:

Agradecemos aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento da Sociedade.

São Paulo, 25 de agosto de 2023.

A Administração

**Caruana S.A. -
Sociedade de Crédito,
Financiamento e Investimento**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Victor Vinicius Zanetti Zavanli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		538.436	464.846	Circulante		390.938	311.466
Disponibilidades	4	405	385	Instrumentos Financeiros		385.408	300.017
Instrumentos Financeiros		490.896	397.557	Depósitos		247.940	180.869
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	31.999	9.996	Depósitos a prazo	10	227.441	151.742
Títulos e Valores Mobiliários		39.910	25.465	Outros depósitos	10.1	20.499	29.127
Cotas de Fundos de Investimento	6	550	509	Recursos de Aceites Cambiais	10	137.468	119.148
Operações swap	6.1	0	276	Recursos de aceites cambiais		134.960	116.001
Vinculados a prestação de garantias	6	39.360	24.680	Recursos de aceites letras imobiliárias		2.508	3.147
Relações Interfinanceiras		27.290	24.283	Relações Interfinanceiras		181	2.335
Operações de Crédito	7	388.024	335.767	Transações de pagamento		181	2.335
Setor privado – Empréstimos		278.706	267.233	Outras Obrigações		5.349	9.114
Setor privado – Financiamentos		124.812	87.143	Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes		83	387
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(15.494)	(18.609)	Fiscais e previdenciárias	11a	1.190	810
Outros Créditos	9	3.673	2.046	Diversas	11c	4.076	7.917
Valores a receber relativos a transações de pagamento	7 e 7g	1.061	823				
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(9)	(13)				
Diversos		2.621	1.236				
Outros Valores e Bens		47.135	66.904				
Outros valores e bens	3l	47.039	68.268				
(-) Provisão para desvalorização	3l	(3.158)	(6.627)				
Despesas antecipadas		3.254	5.263				
Não Circulante		416.360	467.575	Não Circulante		438.079	499.597
Instrumentos Financeiros		360.050	402.635	Instrumentos Financeiros		406.727	471.343
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	-	85.043	Depósitos	10	380.666	372.894
Títulos e Valores Mobiliários	6	6.370	19.101	Depósitos a prazo		380.666	372.894
Vinculados a prestação de garantias		6.370	19.101	Recursos de Aceites Cambiais	10	26.061	98.449
Operações de Crédito	7	353.680	298.491	Recursos de aceites cambiais		25.530	97.630
Setor privado – Empréstimos		203.273	196.721	Recursos de aceites letras imobiliárias		531	819
Setor privado – Financiamentos		159.521	114.709	Outras Obrigações		31.352	28.254
(-) Perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.114)	(12.939)	Provisão para riscos	11c		
Outros Valores e Bens		1.530	2.372	Dívidas subordinadas	e12b	4.549	3.396
Despesas antecipadas		1.530	2.372		11b	26.803	24.858
Outros Créditos	9	54.780	59.384	Patrimônio Líquido		128.770	121.358
Créditos Tributários	9 e 9a	54.780	59.384	Capital Social	13a	126.439	126.439
Investimentos		513	513	Reserva legal	13b	370	-
Outros Investimentos		513	513	Reserva de Lucros		1.961	-
				Prejuízos Acumulados		-	(5.081)
Imobilizado de Uso		673	667				
Outras imobilizações de uso		3.313	3.204				
(-) Depreciações acumuladas		(2.640)	(2.537)				
Intangível		1.805	2.004				
Ativos intangíveis		7.659	7.446				
(-) Amortização acumulada		(5.854)	(5.442)				
Total do Ativo		957.787	932.421	Total do Passivo		957.787	932.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações do resultado para os Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas de intermediação financeira		84.394	65.166
Operações de crédito	7h e 8b	76.454	61.197
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	3.562	2.467
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.378	1.502
Despesas de intermediação financeira		(44.162)	(40.460)
Operações de captação no mercado	10	(49.262)	(35.935)
(Provisões) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7f	5.100	(4.525)
Resultado bruto da intermediação financeira		40.232	24.706
Outras receitas/(despesas) operacionais		(26.429)	(24.061)
Receitas de prestação de serviços	14	6.648	5.529
Despesas de pessoal		(3.365)	(2.486)
Outras despesas administrativas	16	(26.046)	(24.641)
Provisões para tributários cíveis e trabalhistas		(1.152)	(187)
Despesas tributárias		(2.133)	(1.612)
Outras receitas operacionais	15a	303	517
Outras despesas operacionais	15b	(684)	(1.181)
Resultado operacional		13.803	645
Resultado não operacional		(1.284)	(2.130)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		12.519	(1.485)
Imposto de renda e contribuição social	18	(5.107)	591
Provisão para imposto de renda		(307)	(1.182)
Provisão para contribuição social		(196)	(734)
Impostos diferidos		(4.604)	2.507
Lucro/(Prejuízo) do semestre		7.412	(894)
Número de Ações - Média Ponderada		82.417.322	80.212.805
Lucro/(Prejuízo) por lote de mil ações - Básico e Diluído - R\$	3k	89,9349	(11,1460)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstração do resultado abrangente para os
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais)**

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro/(Prejuízo) do semestre	7.412	(894)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.412</u>	<u>(894)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido para os Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	123.379	-	-	-	(11.145)	112.234
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(894)	(894)
Saldos em 30 de junho de 2022	123.379	-	-	-	(12.039)	111.340
Saldos em 31 de dezembro de 2022	123.379	3.060	-	-	(5.081)	121.358
Aumento de Capital	3.060	(3.060)	-	-	-	-
Lucro do semestre	-	-	-	-	7.412	7.412
Destinações:						
Reserva legal	-	-	370	-	(370)	-
Saldos em 30 de junho de 2023	126.439	-	370	-	1.961	128.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caruana S.A. - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações dos fluxos de caixa para os
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
(Em milhares de reais)**

	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido ajustado do semestre	5.617	5.373
Lucro/(Prejuízo) do semestre	7.412	(894)
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	(1.795)	6.267
(Reversão)/Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(5.100)	4.525
Depreciações e amortizações	515	636
(Reversão)/Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.469)	1.222
Impostos diferidos e correntes	5.107	(591)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.152	475
Variação de ativos e passivos operacionais	(5.276)	(5.933)
Aumento/(Redução) aplicações interfinanceiras de liquidez	63.040	(11.390)
(Redução) em títulos e valores mobiliários	(1.714)	(2.256)
(Redução)/Aumento em Relação Interfinanceiras	(3.007)	2.991
(Redução)/Aumento em operações de crédito	(102.588)	19.912
(Redução) em outros créditos	(986)	(916)
Aumento em outros valores e bens	24.080	4.049
(Redução) em outras obrigações	(4.267)	(3.723)
Aumento em depósitos a prazo	83.471	26.062
(Redução) em outros depósitos	(8.628)	(730)
(Redução) em recursos de aceites cambiais	(54.069)	(38.853)
Aumento em dívidas subordinadas	1.945	1.408
(Redução) em Relações Interfinanceiras	(2.154)	(734)
(Redução) em Instrumentos Financeiros derivativos	-	(55)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(399)	(1.698)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	341	(560)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de títulos patrimoniais	-	(500)
Aquisição de imobilizado	(109)	(141)
Aquisição de Intangível	(212)	(221)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(321)	(862)
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	20	(1.422)
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	385	2.010
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	405	588
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	20	(1.422)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Caruana S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento (“Caruana” ou “Sociedade”), sociedade anônima de capital fechado, situada na Av. do Café 277, 4º andar conjunto 402 – Torre A, tendo como controladora a Caruana S.A Participações e Empreendimentos, iniciou suas atividades em 26 de fevereiro de 2008 por meio da autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), publicada no Diário Oficial da União no dia 2 de janeiro de 2008.

Em 15 de fevereiro de 2017, fomos autorizados pelo BACEN a prestar serviços de pagamento em arranjos de pagamentos integrantes do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), na modalidade de emissora de moeda eletrônica (IP), possibilitando, assim, sua continuidade como administradora de meios eletrônicos de pagamento, originalmente previsto como atividade complementar em seu objeto social.

Os objetivos estratégicos estabelecidos e aprovados pelo BACEN são observados em sua totalidade e consistem na concessão de crédito, financiamento e investimento para o setor de mobilidade urbana, especialmente por meio do crédito direto ao consumidor para financiar a aquisição de ônibus novos e seminovos, bem como na realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à sua carteira, de acordo com as disposições legais e regulamentares na condução de seus negócios.

Em 30 de junho de 2023, as atividades da Caruana foram pautadas:

- a) na continuidade e ampliação do seu mercado foco de atuação (empréstimo e financiamento ao setor de transporte coletivo de passageiros e sua cadeia produtiva);
- b) continuidade de sua atuação como Administradora de Meio Eletrônico de Pagamentos; e
- c) comercialização de novos produtos de meio eletrônico de pagamentos (cartão pré-pago e cartão pós-pago), direcionados, exclusivamente, ao setor de atuação da Caruana.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

Em aderência ao processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), o CPC emitiu diversos pronunciamentos, porém nem todos homologados pelo CMN. Desta forma a Caruana, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo CMN, quais sejam:

- a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
- d) CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

- e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- f) CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 – Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- m) CPC 41 – Resultado por Ação - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Circular BACEN nº 3.959/19;
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.748/19; e
- o) CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes – Resolução CMN 4.924/21

Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de janeiro de 2022:

- **Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021 - Plano de contas**

A Resolução BCB nº 92/2021 Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- **Resolução CMN 4.924/21, de 24 de junho de 2021- Conversão de taxas**

A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com Resolução BCP nº 120/21, estabelece a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, de utilização da taxa de câmbio à vista (“taxa referencial”) diferente da informada pelo BACEN, (PTAX) para a conversão de transações e demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. A Caruana não adotou tal opção.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

- **Resolução CMN 4.966/21, de 25 de novembro de 2021 – Instrumentos Financeiros.**

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se:

- (i) Classificação e Mensuração;
- (ii) Reconhecimento de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito;
- (iii) Atualização dos instrumentos por meio da taxa efetiva de juros contratual e
- (iv) Reconhecimento juros para instrumento financeiro ativo em atraso.

O Plano de Implementação, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para implementação a partir de 1º janeiro de 2025. O plano é composto pelas seguintes atividades, dentre outras: Diagnóstico dos produtos e serviços operados; Avaliação dos processos, políticas, normativas internas e sistemas; Envolvimento das empresas provedoras e processadoras das operações/produtos; Elaboração da modelagem e premissas para perdas esperadas nos instrumentos financeiros; Avaliação pela Diretoria dos modelos de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros e; Treinamento e capacitação das unidades envolvidas.

A Caruana vem acompanhando o processo de adoção da referida resolução, bem como dos seus impactos nas demonstrações financeiras que serão divulgados a partir da conclusão da regulamentação.

Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022

Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros.

Além disso, conforme determina a Resolução CMN nº 4.924/21 (vigente a partir de 1º de janeiro de 2022), as Instituições Financeiras devem observar no reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis, os pronunciamentos técnicos CPC 00 (R2), CPC 01 (R1), CPC 23, CPC 46 e CPC 47.

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e do CPC, quando aplicável.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as demonstrações financeiras da Caruana estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/20. As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, em circulante e não circulante; os saldos do Balanço Patrimonial estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2023.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço por meio dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 5.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- **Títulos para negociação:** Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria “Títulos para negociação” e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.
- **Títulos disponíveis para venda:** Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge accounting” são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa no resultado do período.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 6.

e) Operações de crédito e perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 7e.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício.

g) Imobilizado e intangível

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para sistema de processamento de dados e veículos e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Depósitos e letras cambiais/Imobiliárias

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro-rata dia.

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável e a CSLL pela alíquota de 15% (16% de agosto a dezembro 2022)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando ativados são constituídos pelas alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização. Os créditos tributários serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme resolução nº 4.842/20 do BACEN.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões e passivos contingentes - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k) Lucro por ação

O lucro líquido por lote de mil ações em 30 de junho de 2023 foi de R\$ 89,93 (prejuízo de R\$ 11,15 em 30 de junho de 2022).

Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período - número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

l) Outros valores e bens

São reconhecidos os bens de uso não próprio na data do seu recebimento pela Instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas.

Considera-se como data de recebimento a data em que a instituição obteve a posse, o domínio e o controle do bem, observadas as particularidades legais e características de cada tipo de ativo.

m) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Ao determinar e divulgar o valor justos dos instrumentos financeiros, a Caruana utiliza a seguinte hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;

Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e

Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

n) Resultado Não Recorrente

A Caruana considera resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A Administração informa que não houve resultados não recorrentes nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	30/06/2023	31/12/2022
Disponibilidades em moeda nacional	405	385
Total	405	385

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2023	31/12/2022
Vencimentos até 30 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LFT/LTN)	-	9.996
Vencimentos até 360 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN)	31.999	-
Vencimentos após 360 dias		
Revenda a liquidar-Posição Bancada (LTN)	-	85.043
Total	31.999	95.039

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 4.378 (R\$ 1.502 em 30 de junho de 2022).

6. Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	30/06/2023			Ajuste MTM	Mercado/Contábil	31/12/2022
		Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos			Mercado/Contábil
Títulos para negociação							
Títulos Públicos – LFT	Set/23	19.020	-	-	-	19.020	-
Títulos Públicos – LFT	Mar/24	-	20.337	-	3	20.340	24.680
Títulos Públicos – LFT	Set/26	-	-	6.365	5	6.370	19.101
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	-	-	-	-	550	509
Total		19.020	20.337	6.365	8	46.280	44.290

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria “títulos para negociação”, possuem negociações ativas e foram valorizados com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, nível 1 hierárquico de valor justo.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, o resultado com aplicações em títulos e valores mobiliários foi de R\$ 3.562 (R\$ 2.467 em 30 de junho de 2022).

6.1. Instrumentos financeiros derivativos

	Vencimento	30/06/2023			Ajuste MTM	Mercado/Contábil	31/12/2022
		Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos			Mercado/Contábil
Títulos para negociação							
Operações com Swap	Jan/23	-	-	-	-	-	276
Total		-	-	-	-	-	276

A Caruana participava de operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global em taxas indexadas ao CDI (operação liquidada em janeiro de 2023).

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações do CDI em parte da carteira de Depósitos e Recursos de Aceites Cambiais efetuada pela Caruana, citada na Nota Explicativa nº 10, que resultam na conversão dessas taxas para uma taxa pré-fixada.

7. Operações de crédito

a) Composição das operações de crédito

	30/06/2023	31/12/2022
Operações de crédito		
Capital de Giro	459.964	447.206
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	284.333	201.853
Desconto de Títulos	9.685	11.508
Conta Garantida	9.112	1.398
Cartão de Crédito	3.218	3.841
	766.312	665.806
Outros Créditos	1.061	823
Títulos e créditos a receber (Nota 7g e 9)	1.061	823
Total das operações de crédito	767.373	666.629
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	(24.608)	(31.548)
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos (Nota 9)	(9)	(13)
Total das perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(24.617)	(31.561)
Total de operações de crédito	742.756	635.068

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica

	30/06/2023	31/12/2022
Serviços	751.784	651.724
Comercio	8.702	8.946
Pessoa Física	6.887	5.959
Total	767.373	666.629

c) Composição da carteira de operações de crédito por vencimento

	30/06/2023	31/12/2022
Vencidos		
Até 30 dias	175	62
31 a 60 dias	84.899	55.750
61 a 90 dias	15.748	12.270
Acima de 90 dias	5.825	14.359
Subtotal	106.647	82.441
A vencer		
Até 3 meses	85.281	77.006
3 a 12 meses	213.443	196.823
1 a 3 anos	283.116	249.813
3 a 5 anos	75.699	55.884
5 a 15 anos	3.187	4.662
Subtotal	660.726	584.188
Total	767.373	666.629

d) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2023		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	206.241	26,88	160,16
50 seguintes maiores devedores	429.497	55,97	333,54
100 seguintes maiores devedores	127.291	16,59	98,85
Demais devedores	4.344	0,56	3,37
Total	767.373	100,00	

	31/12/2022		
	Valor	% sobre Carteira	% Sobre PL
10 maiores devedores	189.919	28,49	156,49
50 seguintes maiores devedores	376.491	56,48	310,23
100 seguintes maiores devedores	95.870	14,38	78,99
Demais devedores	4.349	0,65	3,58
Total	666.629	100,00	

e) Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99 do CMN

		30/06/2023						
<u>Níveis de Risco</u>	<u>Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 (%)</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Valor total</u>	<u>Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99</u>	<u>Reversão FGI (*)</u>	<u>Provisão existente</u>	
A	0,5	131.326	-	131.326	(657)	29	(628)	
B	1,0	235.283	175	235.458	(2.355)	6	(2.349)	
C	3,0	266.539	84.899	351.438	(10.543)	118	(10.425)	
D	10	18.307	15.748	34.055	(3.406)	-	(3.406)	
E	30	8.240	1.324	9.564	(2.869)	-	(2.869)	
F	50	-	43	43	(21)	-	(21)	
G	70	-	66	66	(46)	-	(46)	
H	100	1.031	4.392	5.423	(5.423)	550	(4.873)	
Total		660.726	106.647	767.373	(25.320)	703	(24.617)	

(*) A Caruana concedeu o valor de R\$ 120.296 (R\$ 54.000 até 30 junho de 2022) em operações de crédito dentro do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito – FGI PEAC e FGI PEAC 2 – idealizado pelo BNDES como forma de enfrentamento aos efeitos ocasionados pela Pandemia da Covid19, estando essas operações devidamente amparadas por garantia do FGI (80% do principal em aberto da operação), e através do Fundo Garantidor Tradicional (FGT) concedeu em torno de R\$ 81.101, totalizando R\$ 201.397 em operações de crédito junto ao BNDES.

A Resolução CMN nº 4.855 (entrou em vigor em janeiro de 2021) permitiu que a constituição de provisão para perda provável (conforme metodologia estabelecida pela Resolução CMN nº 2.682), sobre as operações que apresentem garantia do FGI-PEAC, sejam realizadas apenas sobre a exposição detida pela Caruana, por este motivo foi reconhecida uma reversão de provisão de R\$ 703 (R\$ 7.283 até 30 de junho 2022).

Em 30 de junho de 2023 a Caruana possuía carteira de crédito garantida pelo FGI no montante de R\$ 170.983 (R\$ 132.104 até 31 de dezembro 2022).

		31/12/2022						
<u>Níveis de Risco</u>	<u>Provisionamento% mínimo requerido pela Res. CMN nº 2.682/99 (%)</u>	<u>Curso normal</u>	<u>Vencidas</u>	<u>Valor total</u>	<u>Perda esperada Res. CMN nº 2.682/99</u>	<u>Reversão FGI (*)</u>	<u>Provisão existente</u>	
A	0,5	94.791	-	94.791	(474)	38	(436)	
B	1,0	188.471	62	188.533	(1.885)	12	(1.873)	
C	3,0	247.570	55.750	303.320	(9.100)	162	(8.938)	
D	10	32.518	12.270	44.788	(4.479)	-	(4.479)	
E	30	9.021	290	9.311	(2.793)	-	(2.793)	
F	50	8.457	2.549	11.006	(5.503)	-	(5.503)	
G	70	2.087	70	2.157	(1.510)	-	(1.510)	
H	100	1.273	11.450	12.723	(12.723)	6.694	(6.029)	
Total		584.188	82.441	666.629	(38.467)	6.906	(31.561)	

f) A provisão para perda esperada apresentou a seguinte movimentação nos semestres

	30/06/2023	30/06/2022
Saldo inicial	31.561	62.668
Constituição	1.792	17.912
Reversão	(6.892)	(13.387)
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.844)	(13.828)
Saldo final	24.617	53.365

A perda esperada é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Os valores de provisão para perda esperada em 30 de junho de 2023 são de R\$ 24.617 (R\$ 53.365 em 30 de junho de 2022).

g) Operações com cartões de crédito – A Faturar

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estavam assim representadas:

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Saldos a receber de clientes (Nota 9)	1.061	823
Total	1.061	823

h) Resultado das operações de crédito

	30/06/2023	30/06/2022
Rendas de empréstimos		
Capital de Giro	55.972	37.224
Cartão de Crédito	1.507	1.845
Conta Garantida	936	3.706
Rendas de Desconto de Títulos		
Desconto de Títulos	886	1.259
Rendas de financiamentos		
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	17.153	17.163
Total	76.454	61.197

8. Créditos renegociados e recuperados de prejuízo

a) Renegociados:

	30/06/2023	31/12/2022
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	2.477	4.866
Capital de Giro	86.189	103.643
Total	88.666	108.509

b) Recuperados de Prejuízo:

	30/06/2023	30/06/2022
Crédito Direto ao Consumidor (CDC)	166	1.703
Cartão de Crédito	129	98
Capital de Giro	54	365
Desconto	-	1.420
Total	349	3.586

9. Outros créditos diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Créditos tributários (Nota 9a)	54.780	59.384
Impostos e Contribuições a compensar	709	310
Adiantamento para pagamento de nossa conta	385	361
Adiantamentos e antecipações salariais	117	33
Títulos e créditos a receber (i) (Nota 7a e 7g)	1.061	823
Devedores diversos no País (ii)	1.410	532
(-) Perdas esperadas (Nota 7a)	(9)	(13)
Total	58.453	61.430

(i) Referem-se às operações de cartão de crédito faturadas e não vencidas e operações a faturar.

(ii) Refere-se substancialmente a recebimentos de operações de crédito cuja liquidação é concluída em dia subsequente.

a) Créditos Tributários

Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 4.842/20 do CMN, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (I) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos; (II) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência. Além destas condições, os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos devem ser superiores a 50% ao previsto para igual período no estudo técnico. A Caruana atendeu aos requisitos para manutenção dos créditos tributários reconhecidos.

Descrição	Saldo 31/12/2022	Constituições / Reversões	Saldo 30/06/2023
Diferenças temporárias			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	55.375	(3.678)	51.697
Provisão para desvalorização de BNDU	2.651	(1.387)	1.264
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.358	461	1.819
Total	59.384	(4.604)	54.780

Descrição	Saldo 31/12/2022	Constituições / Reversões	Saldo 30/06/2022
Diferenças temporárias			
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	56.684	1.809	58.493
Provisão para desvalorização de BNDU	2.878	489	3.367
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	775	209	984
Total	60.337	2.507	62.844

A realização dos créditos tributários foi baseada em estudo técnico interno que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Diferenças Temporárias							
30/06/2023				31/12/2022			
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2023	1.451	871	2.322	2023	1.566	940	2.506
2024	4.270	2.562	6.832	2024	4.611	2.766	7.377
2025	4.095	2.457	6.552	2025	4.260	2.556	6.816
2026	4.267	2.561	6.828	2026	4.279	2.568	6.847
2027	3.436	2.061	5.497	2027	3.419	2.051	5.470
+ 5 anos	16.718	10.031	26.749	+ 5 anos	18.980	11.388	30.368
Total	34.237	20.543	54.780	Total	37.115	22.269	59.384

A Administração, com base nas suas projeções de resultados refletidas no estudo técnico aprovado, entende que irá auferir resultados tributáveis em mais de cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente dos créditos tributários é estimado em R\$ 35.083 (R\$ 32.940 em 30 de junho de 2022), sendo utilizada a taxa média de captação do período de 12,40% a.a. (11,10% a.a. em 30 de junho de 2022).

10. Depósitos e recursos de aceites cambiais

	30/06/2023		31/12/2022	
	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)	Depósitos a prazo (*)	Letras de câmbio (**)
PÓS FIXADO				
Até 3 meses	14.071	15.801	15.939	22.191
De 3 a 12 meses	80.002	43.234	47.470	27.483
Acima de 12 meses	332.901	12.312	272.101	45.048
Total Pós Fixado	426.974	71.347	335.510	94.722
PRÉ FIXADO				
Até 3 meses	24.233	13.199	8.909	18.959
De 3 a 12 meses	109.135	65.234	79.424	50.515
Acima de 12 meses	47.765	13.749	100.793	53.401
Total Pré-fixado	181.133	92.182	189.126	122.875
Total	608.107	163.529	524.636	217.597

(*) Do saldo de R\$ 608.107 (R\$ 524.636 em 31 de dezembro de 2022) o montante de R\$ 426.974 (R\$ 335.510 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a captações em depósito a prazo sem compromisso de liquidez, com taxa média de 116,13% do DI (Depósito Interfinanceiro) e o montante de R\$ 91.664 (R\$ 54.273 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à captação com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito (DPGE II - Depósito a Prazo com Garantia Especial), com taxa média de 110,29% do DI (Depósito Interfinanceiro).

10.1 Contas pagamento pré-paga

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo das contas de pré-pagamento estavam assim representados:

	30/06/2023	31/12/2022
Saldo Livre Movimentação	20.499	29.127
Total	20.499	29.127

(**) O montante de R\$ 163.529 (R\$ 217.597 em 2022) R\$ 71.347, refere-se a captações em letras de câmbio com taxa média de 123,67% do DI, e estão registradas na CETIP S.A. – Mercados.

No semestre findo em 30 de junho de 2023 houve despesa com operações de captação no mercado no montante de R\$ 49.262 (R\$ 35.935 em 30 de junho de 2022).

11. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	76	42
Impostos e contribuições sobre salários	252	228
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	503	259
Outros	359	281
Total	1.190	810

b) Dívidas Subordinadas

	30/06/2023	31/12/2022
Letras Financeiras Subordinadas – LFSN (i)	26.803	24.858

(i) Em 30 de outubro de 2015 a Caruana realizou a emissão de 10 Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), totalizando R\$ 10 milhões, com a intenção de alocá-las como Capital Nível 2 para fins de apuração dos limites operacionais impostos pelo BACEN e especificados no Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO). O ato foi aprovado pelo BACEN, em 15 de dezembro de 2015. Título renovado em 25/07/2019, com vencimento em 25/07/2029 com taxa de juros 120% CDI.

c) Diversas

	30/06/2023	31/12/2022
Provisão para pagamentos a efetuar	809	685
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.549	3.396
Parcelado lojista	168	198
Saldos a ressarcir aos portadores de cartão	205	268
Credores diversos – País	2.894	6.766
Total	8.625	11.313

12. Provisões, contingências ativas, passivas e obrigações legais

a) Ativos contingentes:

Em 30 de junho de 2023 e de 2022, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

b) Processos judiciais classificados como perdas prováveis e obrigações legais:

b.1) Provisões trabalhistas e previdenciárias:

São compostas, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Neste saldo inclui-se também o montante de R\$ 4.549 (R\$ 3.396 em 31 de dezembro de 2022) relativos a provisões para cobertura de riscos trabalhistas e previdenciários, oriundos dos processos operacionais da Caruana. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

b.2) Provisões cíveis:

São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de Cartões com pedido de indenização por danos morais e danos materiais, entre outros. São efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.

As movimentações das provisões para riscos e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão abaixo apresentadas:

	30/06/2023		31/12/2022	
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis	Total	Total
Saldo no início do semestre	3.361	36	3.397	1.932
Constituições	1.592	43	1.635	2.212
Realizações/reversões	(464)	(19)	(483)	(748)
Saldo no final do semestre	4.489	60	4.549	3.396

c) Processos judiciais classificados como perdas possíveis:

Em 30 de junho de 2023 os processos judiciais classificados como perdas possíveis estão representados por 4 processos de natureza trabalhista no valor de R\$ 2.008 (R\$ 3.537 em 31 de dezembro de 2022) e 35 processos de natureza cível no valor de R\$ 8.474 (R\$ 8.441 em 31 de dezembro de 2022) que totalizam R\$ 10.482 (R\$ 11.978 em 31 de dezembro de 2022), com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis estão representados, substancialmente, pelos processos de (i) ações revisionais de juros de contratos de empréstimos e financiamentos e (ii) ações indenizatórias decorrentes da realização de operações financeiras.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social em 30 de junho de 2023 é de R\$ 126.439, representado por 80.212.805 (80.212.805 em 30 de junho de 2022) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 3.060, através de JSCP, sendo o novo capital social de R\$ 126.439, representado por 82.417.322 ações ordinárias nominativas, homologado pelo Banco Central do Brasil em março de 2023.

b) Reserva legal:

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2023 foi constituído o montante de R\$ 370.

c) Dividendos:

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No semestre findo em 30 de junho de 2023, não houve distribuição de dividendos.

d) Remuneração do capital próprio:

No semestre findo em 30 de junho de 2023, não houve distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

As informações estão aderentes a Resolução 4.820 BACEN de 29/05/2020.

e) Reserva estatutária:

A Reserva Estatutária fica à disposição dos acionistas para futuro aumento de capital.

No semestre findo em 30 de junho de 2023 não houve distribuição de dividendos através de reserva estatutária.

14. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2023	30/06/2022
Tarifas sobre operações de crédito	3.294	1.963
Tarifas sobre cartão	3.225	3.361
Receita comissões	129	205
Total	6.648	5.529

15. Outras receitas/despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Outras rendas operacionais	303	517
Total	303	517

b) Outras despesas operacionais

	30/06/2023	30/06/2022
Atualização de impostos	(18)	(73)
Provisões passivas	(484)	(849)
Outras despesas operacionais	(182)	(259)
Total	(684)	(1.181)

16. Outras despesas administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas de processamento de dados	(7.792)	(6.846)
Despesas de serviços de terceiros	(4.549)	(5.461)
Despesas com aluguéis	(3.767)	(3.248)
Despesas com serviços técnicos especializados	(3.231)	(2.330)
Outras despesas administrativas	(2.172)	(2.229)
Despesas com honorários da diretoria	(1.262)	(1.128)
Despesas de viagens no País	(1.076)	(560)
Despesas do serviço financeiro	(662)	(369)
Despesas com depreciação e amortização	(515)	(601)
Despesas de comunicação	(446)	(786)
Despesas com veículos apreendidos	(330)	(636)
Despesas de propaganda e publicidade	(171)	(325)
Despesas com relações públicas	(69)	(48)
Despesas de publicações	(4)	(74)
Total	(26.046)	(24.641)

17. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2023		31/12/2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Caruana S/A – Participações e Empreendimento (i) – aplicação financeira	(9)	(1)	(30)	(2)
Caruana S/A – Participações e Empreendimento (i) - capital de giro	2.140	397	2.140	180
Soma Participações S/A – capital de giro	2.545	1.733	3.101	1.152
H.I.M. Empreendimentos e Participações S/A – capital de giro	2.698	390	199	10

(i) Controlador

- Resultado em 30 de junho de 2022 com partes relacionadas:
- Caruana SA Participações e Empreendimentos - R\$ 355
- Soma Participações SA - R\$ 1.140
- H.I.M Empreendimentos e Participações SA - R\$ 610

b) Remuneração da Administração

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 1.262 em 30 de junho de 2023 (R\$ 1.128 em 30 de junho de 2022).

A Sociedade concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários, tais como assistência médica, vale alimentação e refeição. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego ou outros programas de remuneração de longo prazo.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30/06/2023	30/06/2022
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	12.519	(1.485)
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com alíquota vigente)	4.893	(590)
<u>Efeito do IRPJ e CSLL</u>		
Diferenças Permanentes	287	176
Diferenças Temporárias (i)	(73)	(177)
Imposto de Renda e da Contribuição Social	5.107	(591)

(i) Em 30 de junho de 2023, a Caruana Financeira Sociedade de Crédito, apresentou movimentação de créditos tributários não ativados de (R\$ 73) (R\$ 177) em 31 de junho de 2022).

19. Limites operacionais

A Caruana encontra-se enquadrada nos limites operacionais, apresentando a seguinte posição:

Limites operacionais	30/06/2023		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	74.271	153.769	79.498
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	55.703	126.966	71.263
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	41.777	126.966	85.189
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	23.210	71.263	48.053
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96 (*)	76.884	1.186	75.698
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	128.770	121.770
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	126.439	119.439
Índice Basileia	10,50%	16,56%	6,06%

Limites operacionais	31/12/2022		
	Exigência (Limite)	Situação	Margem
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	70.032	144.212	74.180
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	52.524	119.355	66.831
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA - Resolução nº 4.193/13 (*)	39.393	119.355	79.962
Adicional de Capital Mínimo Requerido para RWA – Resolução nº 4 193/13 (*)	21.885	66.831	44.946
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96 (*)	72.106	1.180	70.926
PL realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	121.359	114.359
Capital realizado mínimo - Resolução nº 2.099/94 (*)	7.000	126.439	119.439
Índice Basileia	10,50%	16,47%	5,97%

(*) E alterações complementares.

19.1 Processo de Gestão, Controles Internos, Gerenciamento de Riscos e Ouvidoria

a) Governança:

A Administração da Caruana entende que decisões colegiadas são fundamentais para a evolução da Sociedade. Dessa forma, por meio de políticas, realizou a constituição de Comitês e Grupos de Trabalho, formados por componentes da própria Administração e por Gestores Seniores. Continuamos acreditando nos processos de gestão e que tal acultramento leva a Sociedade às melhores práticas de governança corporativa estruturado de forma a garantir a devida segregação de interesses fundamentado nos princípios da transparência, estabilidade e eficiência operacional, necessários para o direcionamento da instituição em sua trajetória de crescimento e criação de valor.

b) Controles Internos:

A Sociedade vem desenvolvendo e aperfeiçoando os sistemas de Controles Internos, compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela organização, tornando-os acessíveis a todos os colaboradores, assegurando que sejam conhecidos todos os processos e as responsabilidades atribuídas em seus diversos níveis. A Sociedade conta com ferramenta informatizada, sob gestão da Área de Controles Internos, cujo objetivo é acompanhar a execução dos controles relevantes e obrigações legais e regulamentares. Além disso, a área participa de diversas atividades, tais como, a normatização e padronização de políticas institucionais dos principais processos organizacionais, acompanhamento de mudanças legais que possam impactar as atividades e diretrizes organizacionais e o monitoramento de movimentações financeiras, à luz da normatização de prevenção à lavagem de dinheiro.

Para atendimento aos requisitos do Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”), contemplamos nas rotinas diárias, sistemas, procedimentos e controles para as operações, de forma a normatizar, acompanhar, monitorar e agir nos casos suspeitos de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, detecção e prevenção de operações cujas características possam indicar a existência de crimes por lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores conforme a Lei nº 9.613/98, com a atuação sob a responsabilidade da unidade de Compliance e Controles Internos da Caruana, adotando sistemas de controles e de monitoramentos sobre operações ativas e passivas, imprimindo especial atenção à função cadastro, com a finalidade de prevenir a realização de operações que possam contrariar a regulamentação da prevenção à lavagem de dinheiro, entendendo ser sua responsabilidade subsidiária atuar no combate a operações da espécie.

A nossa estrutura proporciona, de forma independente e autônoma das demais áreas, a segurança operacional e confiabilidade, visando a busca da conformidade por meio de ações corretivas e preventivas necessária para a tomada de decisão do Comitê de PLD.

C) Gerenciamento de Riscos:

No gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e na gestão de capital, estamos realizando o acompanhamento e monitoramento com a frequência necessária à segurança das operações. Os investimentos complementares realizados no período são compatíveis com o tamanho e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos. A estrutura de Gerenciamento de Riscos da Caruana é composta pelo Gestor de Riscos, Grupo de Levantamento e Monitoramento de Riscos, Comitê de Riscos e Diretor Responsável por Gestão de Riscos, caracterizando-se pela atuação complementar e integrada

de forma a suportar, avaliar e monitorar os processos, procedimentos e controles relacionados ao gerenciamento dos riscos. O detalhamento dos processos e as informações pertinentes à gestão de riscos, conduzidos pela Caruana, conforme determina a regulamentação em vigor, se encontram disponibilizados em relatório de acesso público, em nossa página da internet, na rede mundial de computadores.

Além disso, a Caruana utiliza tecnologias e ferramentas já existentes na atual estrutura, adaptadas às necessidades do mercado brasileiro, com o propósito de identificar, monitorar e mitigar, de maneira efetiva e contínua, com base no conjunto de normas e procedimentos, de ordem interna e externa, assegurando o cumprimento das determinações legais e regulamentares, com as melhores práticas de mercado.

d) Ouvidoria:

Atenta aos direitos do consumidor, a Caruana mantém a Ouvidoria como canal de comunicação para o registro das manifestações dos clientes (www.caruanafinanceira.com.br), buscando soluções tempestivas e mediando os conflitos, de acordo com as necessidades e exigências dos clientes. Entendemos que a Ouvidoria é um importante instrumento de gestão de processos, de qualidade dos serviços oferecidos aos nossos clientes e de controles internos. Os canais são divulgados nos instrumentos contratuais, bem como nos ambientes de visita física e eletrônica dos nossos clientes (escritório e página de internet), atendendo, registrando, esclarecendo e analisando às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços, bem como encaminhando as respostas conclusivas aos demandantes das ocorrências. Elaboramos e disponibilizamos à auditoria interna e a Diretoria da instituição, semestralmente, relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

20. Eventos Subsequentes

Conforme Ata da Reunião da Diretoria realizada em 12 de julho de 2023, serão distribuídos dividendos a título de antecipação, no montante de R\$ 1.100.

A Administração
David da Silva Teodoro
Contador CRC SP 324105/O-0